

## **Educação a Distância em Instituições de Ensino Superior Federais: aproximações e distanciamentos da institucionalização**

**Georgina Marafante Sá, Msc.**

georgina.marafante@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

**Maria Auxiliadora Soares Padilha, Dra.**

dorapadilha@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

### **Resumo**

Este estudo analisou o processo de institucionalização da educação a distância (EAD) em instituições de ensino superior federais (IES) no Brasil, considerando que estas partem de um modelo de gestão específico que é o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A introdução da modalidade a distância na estrutura presencial de ensino exige alterações no processo organizacional das instituições em função das características diferenciadas da educação a distância. Aplicamos um formulário eletrônico e realizamos entrevistas com os coordenadores UAB/IES de cinco universidades públicas brasileiras que se destacam na oferta de cursos a distância, pois suas instituições foram pioneiras na oferta de cursos modalidade em questão. A partir da percepção dos coordenadores sobre a influência da UAB no processo de institucionalização da sua IES surgiram categorias empíricas pertinentes a esse processo como: o significado de institucionalização para os coordenadores UAB; as dificuldades de institucionalização; a relação modelo de gestão UAB com a institucionalização da EAD na IES; a inserção da EAD na universidade; o impulso para a institucionalização da EAD em sua IES; UAB catalizadora da EAD nas IES públicas. Em relação às aproximações e distanciamentos do referido processo, reconhecemos através das categorias teóricas para este estudo (políticos e filosóficos, continuidade, comunicação, infraestrutura e políticas discentes), que os aspectos de comunicação e políticas discentes são os que mais distanciam as universidades do processo e os políticos e filosóficos e de continuidade são os que mais se aproximam. Acreditamos que os

resultados deste estudo podem contribuir para a gestão da EAD nas universidades que uma vez conhecendo as categorias descritas podem desenvolver ações que melhorem a qualidade da modalidade a distância nessas instituições. Dessa maneira, percebemos que estes são os principais desafios a vencer para que a EAD seja realmente institucionalizada nas IES.

**Palavras-chave:** Educação a distância. Institucionalização da educação a distância. Universidades públicas Federais. Universidade Aberta do Brasil.

## **Introdução**

Num país com as dimensões do Brasil o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) utilizadas na educação a distância (EAD) vem sendo fundamental para a ampliação da oferta do ensino superior, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida da população e redução das desigualdades sociais.

A implementação da EAD nas universidades públicas brasileiras foi acompanhada do crescimento das TICs, potencializada com o avanço da internet, por meio de computadores e dispositivos móveis. Essas ferramentas permitem que o ensino ultrapasse as sedes físicas dos campi. A utilização da EAD no meio acadêmico contribuiu e fortaleceu a modalidade, pois agregou credibilidade à mesma.

Segundo o Guia de Educação a Distância (2013), o quadro da EAD no Brasil vem ganhando novas cores ano a ano graças a mobilização de universidades públicas, de forma pontual, ou em parceria com o Sistema Universidade do Brasil (UAB). Conforme dados deste mesmo guia, a UAB é o maior programa público de graduação a distância do país.

Entretanto, a chegada de cursos a distância em instituições públicas tradicionalmente presenciais veio atrelada ao sistema de gestão da EAD definido pela própria UAB. Com isso, as universidades precisaram integrar todo o funcionamento da EAD em seu conjunto de atividades e isso não foi um processo tranquilo e fácil para as instituições de ensino superior públicas brasileiras.

Para Moran (2008) o Brasil passa pela etapa de amadurecimento da educação a distância, de legitimação e de consolidação das instituições competentes e busca atender às demandas levantadas pelo Governo Federal. O autor alerta para o fato de além da implementação da EAD termos que pensar na sua continuidade posterior, como o do ensino presencial. Nasce a questão da institucionalização da EAD, ou seja, como

integrá-la ao processo geral de gerenciamento das IES, nos processos de ensino, pesquisa e extensão.

Diante desse cenário, este estudo analisou o processo de institucionalização da EAD em instituições de ensino federais, considerando que estas partem de um modelo de gestão específico que é o Sistema da Universidade Aberta do Brasil, buscando compreender a influência desse modelo de gestão na institucionalização da EAD nas IES estudadas. Também analisamos, a partir do nosso referencial teórico, as aproximações e distanciamentos desse processo nas instituições alvos deste estudo.

A metodologia utilizada no estudo compreendeu a revisão da literatura, além da análise de dados coletados através de formulário eletrônico e entrevistas com cinco Coordenadores UAB das primeiras IES que aderiram aos editais 1/2005 e 1/2006 – Secretária de Educação a Distância / Ministério da Educação (SEED/MEC) e que efetivaram a implantação do Sistema UAB, classificados por região do país. A análise dos dados gerados através destes instrumentos teve foco na identificação dos procedimentos adotados dentro das IES, para a implementação e integração da EAD nestas.

## **1. Gestão da educação a distância nas universidades públicas brasileiras**

A modalidade a distância requer que a universidade seja repensada, que existam mudanças significativas, em vários aspectos do âmbito organizacional. O processo de institucionalização considera a incorporação das atividades da nova modalidade no seio da instituição, de modo a superar os adjetivos “presencial” e a “distância” da educação (Ferreira e Mill, 2014).

Atualmente existem diferenças de tratamento interno entre as modalidades, existindo políticas, procedimentos e concepções distintas para cada uma delas. Podemos citar como exemplo a consideração da carga horária a distância para o esforço docente, os documentos norteadores internos e o registro acadêmico dos alunos que, muitas vezes, ainda não contempla a EAD.

Com relação à gestão da educação a distância Ferreira e Mill (2014) apontam que no Brasil ela está fundamentada em duas dimensões protagonistas: sistêmica e acadêmico-pedagógica e administrativa. Segundo os autores:

a gestão sistêmica, no setor público, compreende os órgãos centrais e setoriais do governo federal responsáveis pelo desenvolvimento e pela execução das políticas públicas de estruturação, regulação, supervisão e fomento, manutenção, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino a distância. Enquanto a gestão acadêmico-pedagógica e administrativa da EAD, no recorte do setor público, compete por sua vez, às instituições de Ensino Superior ofertantes de cursos nessa modalidade (p.86).

É importante destacar que frente a todo esse processo está o aluno, que deve contar com uma estrutura organizacional eficiente e adequada para obter uma formação acadêmica digna sob o viés de um ensino público de qualidade.

Portanto,

Pensar e repensar a universidade são desideratos sempre presentes, necessários e atuais, até porque, por excelência, trata-se de instituição considerada reduto do conhecimento da humanidade. Urge, assim, investigar como planejar, dirigir, controlar e organizar; enfim, gerir o meio universitário para pragmática difusão do ensino e formação humanista, científica e profissional politicamente democrática, economicamente eficiente, socialmente inclusora, juridicamente equânime e administrativamente moderna e eficaz (Stelzer *et al* 2014, p.731).

Diante do exposto, percebemos que muitos são os desafios para a gestão da educação a distância nas universidades públicas brasileiras. Entre essas dificuldades, destaca-se a necessidade de integração da modalidade a distância nas estruturas acadêmica-pedagógica e administrativa das instituições. É por meio da institucionalização da EAD nas IES que o amadurecimento do processo de gestão poderá ser oportunizado, com investimentos em pesquisa e formação continuada dos profissionais envolvidos (Bernardi *et al*, 2013, p. 137).

## **2. Institucionalização da educação a distância na universidade pública**

No contexto da EAD os modelos tradicionais relacionados ao ensino presencial costumam não apresentar a flexibilidade e organização exigidas pela modalidade a distância (Bernardi *et al*, 2013).

Considerando que a institucionalização é um dos caminhos para alcançar maior flexibilidade, devemos compreender o conceito de institucionalização. Esman (1972) define que o processo de institucionalização é o estabelecimento de diretrizes legais conjuntas obtidas por meio da relação de fatores exteriores e interiores para, a partir

dessas diretrizes, ter total liberdade para criar indicadores pertinentes e específicos a cada projeto proposto de acordo com a realidade da instituição.

Já Ferreira e Mill (2014) apresentam o conceito de institucionalização da modalidade a distância como a

Integração ao plano de desenvolvimento institucional e aos conselhos deliberativos das instituições públicas de Ensino Superior; alinhamento às políticas de gestão e de formação das unidades acadêmicas; disseminação das TDIC no ensino presencial; organicidade entre as modalidades de ensino presencial e a distância; e alinhamento às políticas institucionais de avaliação. O compromisso institucional deve garantir que a EAD não seja um gueto universitário, sem prestígio e respaldo, tampouco um ato – às vezes, voluntário e desarmônico – de um indivíduo idealizador ou de alguns poucos ideários; deve haver pactos políticos e acadêmicos que leguem ao ensino, à pesquisa e à extensão qualidade, sustentabilidade e longevidade (p.89).

No estudo consideramos como conceito de Ferreira e Mill (2014) pois demonstra, na perspectiva das instituições, a adoção de políticas e fluxos que possibilitem o processo progressivo da institucionalização da EAD.

Preti (2009) afirma que a institucionalização da EAD é um processo complexo e incipiente, em que os caminhos e as soluções vão sendo desenhados de acordo com o momento e a trajetória de cada instituição. Logo, entendemos que este processo é progressivo.

Acreditamos que não exista um único modelo, forma ou processo de institucionalização que dê conta de todos os contextos diferenciados existentes em cada instituição. Existem ações que já foram experimentadas e consolidadas em cada IES e que servem de exemplo para o processo de institucionalização de outras universidades que pode fornecer pistas de um percurso capaz de promover a integralização da modalidade a distância. Sabemos que, historicamente as universidades mudam gradual e lentamente, normalmente resultante de um processo adaptativo e resistente, pautadas por suas características particulares e sua complexidade.

Foi nessa perspectiva de entendermos o processo progressivo da integração da educação a distância, que nos baseamos em um dos pontos importantes para a qualidade da EAD do estudo de Ferreira e Mill (2014), onde apresentam e discutem os níveis de institucionalização da EAD que as instituições públicas de ensino superior podem apresentar, baseados em aspectos e fatores a serem considerados. Os aspectos de

institucionalização estudados são cinco: políticos e filosóficos, continuidade, comunicação, infraestrutura e políticas discentes.

Através desses aspectos identificamos os níveis de integração da EAD de cada IES, observamos os aspectos que estão presentes nesse processo, além de termos identificados outros aspectos que emergiram das análises.

### **3. A influência do modelo do sistema Universidade Aberta do Brasil nos processos de institucionalização da educação a distância nas universidades federais**

Na análise das entrevistas realizadas com 05 coordenadores UAB de cinco instituições diferentes seis categorias empíricas emergiram.

**Tabela 1 - Síntese das categorias empíricas**

<b>Questões norteadoras</b>	<b>Categorias empíricas</b>
1 O que significa institucionalização para os coordenadores UAB?	Percepções dos coordenadores adquiridas através da experiência como gestor EAD e UAB/IES para a compreensão e resolução das dificuldades sobre o processo de institucionalização em suas IES.
2. Dificuldades de institucionalização	Aspectos descritos sobre as dificuldades do processo progressivo de integração da EAD nas IES como preconceito, barreiras culturais, sociais e financeiras.
3. Relação modelo de gestão UAB com a institucionalização da EAD na sua IES	Apontamento da relação entre UAB e IES, deixando claro que não existem situações de conflito entre os envolvidos. Além de contarem como o auxílio do sistema UAB no processo progressivo de integração da EAD.
4. Inserção da EAD na IES	Aspectos relacionados aos principais problemas de inserção da EAD como a infraestrutura física e tecnológica e a formação de recursos humanos qualificado.
5. Impulso para a institucionalização da EAD em sua IES	Categoria referente à percepção dos coordenadores quanto aos pontos importantes para impulsionar o processo de institucionalização da EAD na universidade.
6. UAB catalizadora da EAD nas IES públicas	Categoria relacionada a força e o incentivo dada a EAD para o ensino superior pelo Sistema UAB.

**Fonte: o autor/2014**

Na primeira categoria, percebemos que ao responder os questionamentos sobre esse tema, eles inicialmente definiram o seu conceito de institucionalização. Cada coordenador desenvolve e aprimora seu próprio conceito. Sob a ótica dos coordenadores, a institucionalização demanda que as organizações de ensino superior convencionais comecem a apresentar flexibilidade e organização acadêmico-pedagógica

e administrativa exigidas pela modalidade a distância, visto que a modalidade presencial, em geral, costuma apresentar modelos rígidos e burocráticos.

Na segunda categoria, a inserção da modalidade a distância na maioria das universidades públicas brasileiras, independente da região do país em que se encontram, enfrentou e ainda vem enfrentando dificuldades. Dentre elas percebemos a de ordem cultural, que segundo Gonçalves (2012), a universidade demonstra, ao longo dos tempos, dificuldades de aceitar inovações, o que se reflete também na aceitação dessa nova realidade. Portanto, os coordenadores sabem das dificuldades que enfrentam dentro das IES, principalmente pela carga negativa que essa modalidade carrega, pautada predominantemente no preconceito e nas dificuldades históricas de implementação como uma política pública brasileira.

Por causa desses motivos, na maioria das vezes, esses coordenadores ficam dependentes das unidades e setores da instituição que não aceitam a EAD, refletindo na qualidade dos trabalhos desenvolvidos dessa modalidade.

Sobre o mesmo assunto, opiniões opostas foram encontradas. Um dos coordenadores acredita que independente da modalidade, o ensino superior sempre apresenta dificuldades, com falta de objetividade e normatização, normalmente por haver muitas influências políticas externas, o que torna difícil a gestão em qualquer IES. Por outro lado, em seu argumento trata a modalidade presencial como referência para a EAD. Importante ressaltar que esta categoria apresenta semelhanças com uma das categorias teóricas no aspecto de continuidade como a questão do orçamento garantidor, que serão tratadas adiante neste estudo.

Na terceira categoria, é importante salientar que para o coordenador UAB/IES não há uma definição muito clara do que seja o modelo de gestão da UAB, mas por suas respostas entendemos que se trata do auxílio financeiro e de alguns documentos norteadores (ofícios circulares – CAPES/DED<sup>1</sup> e demandas encaminhadas pelo Fórum Nacional de Coordenadores UAB<sup>2</sup> e aprovadas nas instâncias da CAPES/DED) para a implementação dos cursos UAB nas IES.

---

<sup>1</sup> Documentos enviados pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) as IES integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com assuntos diversos, tais como os parâmetros de fomento do Sistema UAB.

<sup>2</sup> Comissão constituída por representantes de universidades, institutos de todas as regiões do país que trabalham com Educação a Distância vinculados ao Sistema Universidade Aberta do Brasil – DED/CAPES. Tem como objetivo discutir os avanços, os obstáculos e as perspectivas da oferta dos cursos e outras ações da UAB.

De forma geral, na quarta categoria, os coordenadores consideram que os problemas de infraestrutura física e tecnológica, e o de recursos humanos qualificados são os maiores problemas para a gestão da EAD. Em relação aos recursos humanos foi explicitada a formação dos professores, sublinhando o despreparo de alguns para trabalhar na modalidade. Também foi comentado que a falta de formação de uma equipe (pedagogos, webdesigners, programadores, analista financeiro etc.) com conhecimentos tecnológicos, pedagógicos e administrativos para o desenvolvimento da modalidade é um entrave na gestão.

Na quinta categoria, a maioria dos coordenadores acredita que sua instituição está em processo progressivo de institucionalização, e descreveram diversos aspectos que facilitaram essa integração. Dentre eles, foram explicitadas as estratégias que utilizaram para acabar com o preconceito de ordem cultural, situando à comunidade acadêmica o quão importante e significativa a EAD é para a sociedade.

Outro ponto relevante para o impulso foi a organização das normas e procedimentos para a consolidação da modalidade, como descrito nesse ponto da entrevista pelo coordenador UAB de uma IES situada na região centro oeste do Brasil: “debate institucional, inserção no PDI, recurso na matriz orçamentária e definição de modelo próprio da universidade” (Coordenador 4).

Já como aspecto para auxiliar nesse processo e que não está contemplado na IES temos a temática do financiamento, considerado um dos pilares para a manutenção da EAD dentro das universidades. Foi levantado pelos coordenadores que alguns dos parâmetros de fomento realizados pela UAB não atendem satisfatoriamente à manutenção e a sustentabilidade do Sistema UAB nas IES. Dentre os parâmetros que foram descritos estão as despesas com a gestão da EAD como acompanhamento dos polos e cursos, apoio acadêmico, equipe multidisciplinar e as despesas para a oferta do curso como encontro pedagógicos, produção e reprodução de material didático, produção e revisão de material didático e a oferta do curso.

Também houve manifestações negativas. A queixa foi sobre a falta de trato por parte da DED/CAPES por não considerar as diferenças regionais para o fomento do Sistema UAB.

Por fim, na sexta categoria, as estratégias implementadas pela maioria das universidades para a inserção da EAD tiveram resultados positivos como o envolvimento maior da comunidade acadêmica de algumas universidades e a aceitação das inovações que a EAD trouxe para o processo de ensino e aprendizagem. O Sistema

UAB vem assegurando o funcionamento da modalidade a distância nas atividades acadêmicas, administrativas e pedagógicas, além de trazer para a pauta das mesmas a discussão sobre a modalidade.

#### **4. Aproximações e distanciamentos da institucionalização da EAD em universidades Federais a partir da expansão da EAD incentivado pelo Sistema UAB**

Apresentaremos a síntese da análise dos dados obtidos através do formulário eletrônico respondido por três dos mesmos cinco coordenadores UAB/IES citados anteriormente. Para fins de análise, utilizamos como categorias teóricas, os aspectos de identificação do nível de institucionalização de EAD descritos por de Ferreira e Mill (2014). Segundo os autores, esses aspectos trazem elementos de institucionalização, que podem ser conferidos, checados e avançados pelas IES, para verificar em que estágio, em que nível de institucionalização estão (Ferreira; Mill, 2014).

Na tabela 02 descreveremos em quais aspectos as instituições pesquisadas se aproximam ou se distanciam do processo progressivo de institucionalização. Para fins didáticos utilizaremos o símbolo “+” para representar maior aproximação e o símbolo “-” para maior distanciamento.

**Tabela 02 - Aproximações e distanciamentos da institucionalização**

<b>Aspectos</b>	<b>Fator</b>	<b>IES – Sul</b>	<b>IES - Sudeste</b>	<b>IES - Nordeste</b>
Políticos e filosóficos	Vocação institucional	-	+	+
	Sustentabilidade	-	+	+
	Políticas e procedimentos	-	+	+
	Capilaridade institucional	-	+	+
	Participação de centros e departamentos	+	+	+
	Rede de	-	+	+

	colaboração			
	Integração EAD - presencial	-	+	+
	Integração aos conselhos superiores	-	+	+
Continuidade	Orçamento específico	-	+	+
	Políticas de avaliação	-	+	+
Comunicação	Visibilidade externa/interna	-	+	+
	Política de comunicação	-	+	-
Infraestrutura	Infraestrutura física e tecnológica	-	-	+
	Sistemas de gestão acadêmico-administrativa	+	+	+
	Gestor EAD	+	+	+
	Equipes de gestão e administração	+	-	-
	Equipe de desenho instrucional	+	+	+
	Formação de pessoal	+	+	+
	Incentivos profissionais	-	+	+
Políticas discentes	Registro acadêmico on-line	-	+	+
	Suporte a distância pleno	+	+	+

	Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA	–	+	+
	Acervo bibliográfico on-line	–	+	+
	Serviços/direitos	–	+	+

Fonte: o autor/2015

Muitos são os fatores para serem trabalhados para a institucionalização da EAD. Com base na tabela 02 duas IES apresentam avanços e pontos em comum que já foram contemplados. Outra universidade varia quanto aos aspectos que já foram adotados. Independentemente do nível de aproximação da integração da EAD, vemos que o caminho é trilhado por todas indicando uma procura pela efetividade e qualidade do ensino superior a distância.

É importante ressaltar que a IES da região sul apresenta as variáveis de aproximações e distanciamentos diferenciadas das demais. Segundo o coordenador UAB/IES a EAD nessa instituição passou por período conturbado no seu contexto histórico de gestão, como por exemplo, o desvio de verbas destinados ao fomento dos cursos na modalidade a distância financiados pelo Sistema UAB, nesse período único recurso disponibilizado para a EAD nessa IES.

## 5. Considerações

Na análise do processo de institucionalização da educação a distância em instituições de ensino superior Federais buscamos caminhos e experiências que pudessem nos ajudar a entender esse processo, de forma a garantir seu desenvolvimento com qualidade.

As evidências do estudo nos mostraram que a disposição organizacional dessas universidades para a EAD são frutos do que foi estabelecido e conduzido pelo sistema nacional. Alguns entrevistados entendem que a responsabilidade de promover a institucionalização é deles, não da UAB. Porém, um deles acredita que deveria existir um esforço maior, como o reconhecimento a nível nacional como pré-requisito para o fortalecimento interno às universidades. Somando-se a isso, os coordenadores diferem

do seu conceito de institucionalização, cada um cria o seu próprio e acabam divergindo quanto ao propósito da institucionalização. Aspectos advindos da nossa análise devem ser levados em consideração no sentido de minimizar os embates institucionais em relação ao processo.

Por fim, este estudo demonstra que esses aspectos sendo implantados e trabalhados nas universidades, tendem a favorecer e acelerar o processo de institucionalização. Acreditamos que não exista um modelo de institucionalização da EAD que possa ser aplicado em todas as IES. Cada uma deve atentar as especificidades e particularidades de seus contextos. Institucionalizar a EAD significa viabilizar a modalidade a distância nas IES, ou seja, as políticas, os procedimentos e a disseminação dessa modalidade.

Os primeiros passos, ou as primeiras ações que devem ser direcionadas para o desenvolvimento e consolidação da EAD perpassam pelos aspectos aqui apresentados para que a educação a distância se torne uma prática efetiva nas instituições públicas de ensino superior. Dessa forma, demonstrando modelos de institucionalização possíveis e analisando-os como base no modelo teórico de Ferreira e Mill (2014). O objetivo maior foi de colaborar com as IES que são integrantes do Sistema UAB e estão passando por esse processo, já que essa modalidade se apresenta como importante fator de difusão do conhecimento. Porém, ressalta-se a necessidade de estudos complementares capazes de abranger outros contextos que contribuam e ampliem os resultados do presente estudo.

## Referências

BERNARDI, M. *et. al.* (2013). Domínio da gestão em educação a distância: foco na coordenação dos cursos. In: BEHAR, P. A. (Org.). In: **Competências em educação a distância**. Porto Alegre: Penso. p. 135-149.

BRASIL. Edital nº 1, de 20 de dezembro de 2005. Chamada Pública para Seleção de Polos Municipais de Apoio Presencial e Cursos Superiores de Instituições Federais de Ensino Superior a Distância para o Sistema UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília DF.

\_\_\_\_\_. Edital nº 2, de 18 de outubro de 2006. Segunda Chamada Pública para Seleção de Polos Municipais de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições de Ensino Superior a Distância para o Sistema UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

ESMAN, M. J. (1972). The elements of institution building. In: EATON, J. W. (Ed.). **Institution building and development: from concepts to application**. London: Sage Publications. p. 21-339.

FERREIRA, M.; MIIL, D. (2014). Institucionalização da Educação a Distância no Ensino Superior público brasileiro: desafios e estratégias. In: REALI, A. M. de M. Rodrigues; MILL, D. R. S. **Educação a Distância e Tecnologias Digitais**: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos. São Carlos: EdUFSCar. p. 81 – 101.

GONÇALVES, M. B. de O. (2012). A inserção da EAD em uma instituição de ensino convencional. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (orgs). **Educação a distância**: o estado da arte. v. 2 São Paulo: Pearson Education do Brasil.

GUIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (2013). São Paulo: Segmento.

MORAN, J. M. (2008). Questionamentos legais para o avanço dos referenciais de qualidade em EAD. **Revista Digital da CVA – RICESU**, edição especial, set. p. 11-28.

PRETI, O. (2009). O núcleo de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Mato Grosso: marcas de uma travessia (1992-2005). In: PRETI, O. *et al.* **Educação a distância**: ressignificando práticas. Brasília: Líber Livro Editora.

STELZER, J. *et al.* (2014). A institucionalização da educação a distância como elemento favorável ao planejamento universitário. Florianópolis: trabalho apresentado no **ESUD. – XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância**.